



A DESIGUALDADE NA E DA EDUCAÇÃO: FATORES ECONÔMICOS E SOCIAIS QUE INDUZEM O ATRASO ESCOLAR NO BRASIL

LA DESIGUALDAD EN Y DE LA EDUCACIÓN: FACTORES ECONÓMICOS Y SOCIALES QUE INDUCEN EL REZAGO ESCOLAR EN BRASIL

Inequality in and of Education: economic and social factors inducing grade-level delay in Brazil

Carlos Daniel da Silva ¹

Célio da Cunha ²

Resumo: A educação é um processo que demanda tempo e depende de ações complexas e multidisciplinares, que antecedem a sala de aula e estão diretamente relacionadas a fatores econômicos e sociais. Este estudo analisa a desigualdade na e da educação nos estados brasileiros, identificando essas desigualdades como fatores associados ao atraso escolar em diferentes regiões do país. Utilizou-se análise estatística descritiva com variáveis como rendimento médio domiciliar, nota do Ideb, arrecadação do ICMS, taxa de matrícula, índice de Gini, analfabetismo e trabalho infantil. A pesquisa demonstrou que as variáveis analisadas apresentam associação consistente com os indicadores educacionais, indicando que fatores econômicos e sociais impactam de maneira desigual as regiões brasileiras. Os resultados evidenciam maior vulnerabilidade da região Nordeste, que concentra os efeitos mais acentuados dessas desigualdades, conforme apontam os dados do Ideb examinados neste estudo.

Palavras-chave: Desigualdade na educação. Desigualdade da educação. Financiamento da educação.

Resumen: La educación es un proceso que requiere tiempo y depende de acciones complejas y multidisciplinares, que anteceden al aula y están directamente relacionadas con factores económicos y sociales. Este estudio analiza la desigualdad en y de la educación en los estados brasileños, identificando dichas desigualdades como factores asociados al retraso escolar en diferentes regiones del país. Se utilizó un análisis estadístico descriptivo con variables como ingreso promedio del hogar, puntuación del Ideb, recaudación del ICMS, tasa de matrícula, índice de Gini, analfabetismo y trabajo infantil. La investigación demostró que las variables analizadas presentan una asociación consistente con los indicadores educativos, lo que indica que los

¹ Doutor em Política, Gestão e Avaliação da Educação (UCB – 2021), Mestrado em Economia da Educação (UCB – 2017), Master of Business Administration (MBA) em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV - 2009), Bacharel em Economia pelas Faculdades Oswaldo Cruz - SP (1995). Vinculado à Universidade Católica de Brasília como docente – UCB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4347-4391>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4990475032563878>. E-mail: carlos.silva@p.uceb.br e carloseconomist@hotmail.com.

² Pós-doutorado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (Lisboa), Doutor em Educação pela Unicamp (1987), Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (1980), Bacharel e Licenciado em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1968). Vinculado ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Católica de Brasília – UCB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9212-4208>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8960254836406881>. E-mail: cccunha@p.uceb.br.

factores económicos y sociales impactan de manera desigual a las regiones brasileñas. Los resultados evidencian una mayor vulnerabilidad de la región Nordeste, que concentra los efectos más acentuados de estas desigualdades, conforme señalan los datos del Ideb examinados en este estudio.

Palavras chave: Desigualdad en la educación. Desigualdad de la educación. Financiamiento de la educación.

Abstract: Education is a process that requires time and depends on complex, multidisciplinary actions that precede classroom instruction and are directly related to economic and social factors. This study analyzes inequalities in and of education across Brazilian states, identifying these disparities as factors associated with educational lag in different regions of the country. Descriptive statistical analysis was employed using variables such as average household income, Ideb scores, ICMS tax revenue, enrollment rates, the Gini index, illiteracy, and child labor. The findings demonstrate that the analyzed variables show a consistent association with educational indicators, indicating that economic and social factors affect Brazilian regions unevenly. The results reveal greater vulnerability in the Northeast region, which concentrates the most pronounced effects of these inequalities, as evidenced by the Ideb data examined in this study.

Keywords: Inequality in education. Education inequality. Education funding.

INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira apresenta desigualdades historicamente arraigadas, manifestadas nos diferentes níveis de desempenho entre estados e regiões. Embora políticas educacionais tenham buscado promover equidade, os avanços permanecem desiguais, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, cujos indicadores educacionais revelam defasagens persistentes. Essas desigualdades não se explicam apenas pelas dinâmicas internas da escola, mas refletem, sobretudo, fatores externos e estruturais, como renda, emprego, capacidade arrecadatória dos entes federativos e condições de vida das famílias.

Essa problemática pode ser analisada também com base nos estudos de Bourdieu e Passeron (1970), que apontam que a escola falha em promover igualdade de oportunidades e, ao contrário, legitima e perpetua desigualdades sociais já existentes. Ao discorrerem sobre os conceitos de capital cultural e habitus, evidenciam que a escola não se limita à meritocracia individual, mas valoriza conhecimentos, valores e atitudes associados às classes dominantes.

Como complemento teórico, Nancy Fraser (1995, 1997, 2003) contribui para análise ao abordar as dimensões de injustiça econômica (redistribuição), injustiça cultural (reconhecimento) e paridade de participação como elementos fundamentais para compreender as desigualdades sociais.

No entanto, devido à fragmentação histórica que moldou a educação escolar brasileira ao longo dos séculos – marcada por dominação política, passado escravista e escolhas políticas

malsucedidas – a desigualdade educacional não pode ser explicada por fatores isolados, mas por múltiplas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais.

Neste artigo, propõe-se investigar quais fatores econômicos e sociais contribuem para o atraso escolar e para a heterogeneidade dos resultados educacionais entre as unidades federativas brasileiras. Parte-se da hipótese de que variáveis como rendimento médio domiciliar, desigualdade de renda, o analfabetismo, o trabalho infantil e a arrecadação do ICMS influenciam significativamente o desempenho educacional médio no Ideb.

O objetivo geral é analisar a correlação entre desigualdade socioeconômica e desempenho educacional no Brasil entre 2007 e 2019. Especificamente, busca-se examinar a relação entre renda e resultados do Ideb, avaliar o impacto de indicadores sociais e identificar estados mais vulneráveis.

A abordagem metodológica adota técnicas de estatística descritiva e correlacional, de natureza quantitativa, com base em dados provenientes das seguintes fontes: os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, para as variáveis de rendimento médio domiciliar, analfabetismo e trabalho infantil (ano-base 2019); resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e dados do Censo Escolar, ambos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), referentes ao período de 2007 a 2019; os dados de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e dados sobre trabalho infantil do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), baseados na Pnad Contínua.

A escolha das variáveis pautou-se na hipótese central de que o desempenho educacional constitui um fenômeno multidimensional, influenciado por um conjunto complexo de fatores econômicos (renda e financiamento) e sociais (escolaridade dos pais, trabalho infantil e desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini). A análise concentrou-se na construção de diagramas de dispersão para visualizar a correlação entre o rendimento domiciliar per capita e as notas do Ideb, bem como na análise comparativa de tabelas e gráficos que evidenciam as assimetrias regionais.

Reconhece-se, como limitação, o fato de que os indicadores, embora robustos, não capturam as dimensões qualitativas do processo pedagógico e das interações em sala de aula, o que aponta para a necessidade de estudos complementares.

A análise parte do pressuposto de que a qualidade educacional é um conceito dinâmico e contextual, conforme aponta o UNICEF (2004, p. 5): “não existe um padrão ou uma receita

única para uma escola de qualidade”. Portanto, compreender os determinantes sociais da educação é fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes e equitativas.

Este artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta os fundamentos teóricos e empíricos relacionados à desigualdade educacional, com base nos dados do Ideb. Na terceira seção, examina-se a desigualdade educacional a partir de indicadores sociais, como analfabetismo, trabalho infantil e arrecadação do ICMS. Em seguida, discutem-se os resultados obtidos. A última seção apresenta as considerações finais e as implicações para as políticas públicas educacionais.

A análise desenvolve-se a partir de três eixos interdependentes: financiamento educacional, determinantes socioeconômicos e fundamentos teóricos da justiça educacional.

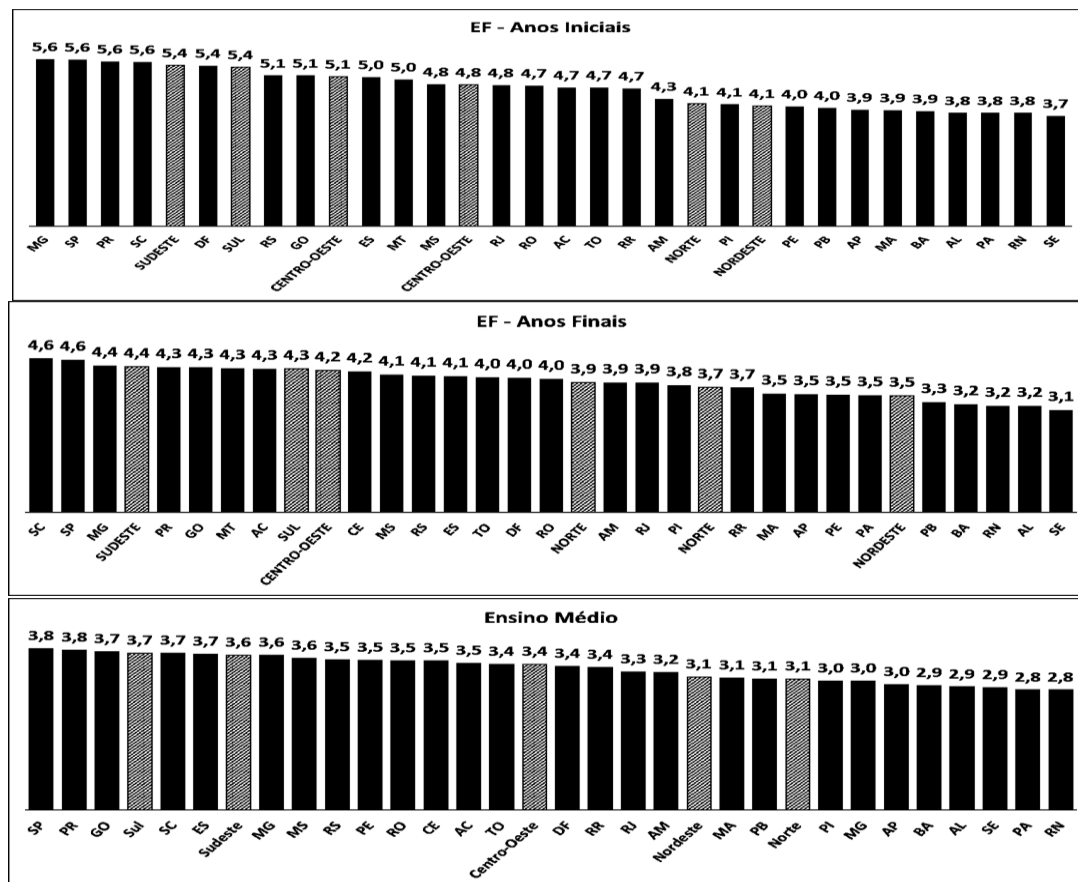
1 DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO

A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2007, representou um marco na política educacional brasileira ao propor um indicador sintético que combinasse o desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas (Saeb) com as taxas de aprovação escolar. Além de mensurar a qualidade da aprendizagem, o Ideb tornou-se um instrumento estratégico para o monitoramento das metas educacionais nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Desde sua implementação, o Ideb passou a nortear políticas públicas por meio da definição de metas bienais para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, bem como para o ensino médio. Sua criação coincidiu com a promulgação do Fundeb, que ampliou o escopo do financiamento educacional anteriormente restrito ao ensino fundamental, passando a abranger todas as etapas da educação básica. Com a sanção da Lei nº 13.005/2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) incorporou o Ideb como referência para avaliação da qualidade do ensino, estabelecendo metas específicas até 2022.

Apesar da relevância normativa e institucional do Ideb, os resultados educacionais permanecem marcados por acentuadas desigualdades regionais. Dados do Inep indicam que, em 2019, mais de 60% das unidades federativas não atingiram metade da meta projetada para os anos iniciais do ensino fundamental. No ensino médio, os melhores desempenhos — observados em São Paulo e Paraná — não ultrapassaram a média de 3,8 pontos, revelando a persistência de um padrão de desempenho aquém dos objetivos nacionais.

Gráfico 1 – Desempenho médio do Ensino Fundamental (EF) e do Ensino Médio (EM) – 2007 a 2019 por regiões e UF.



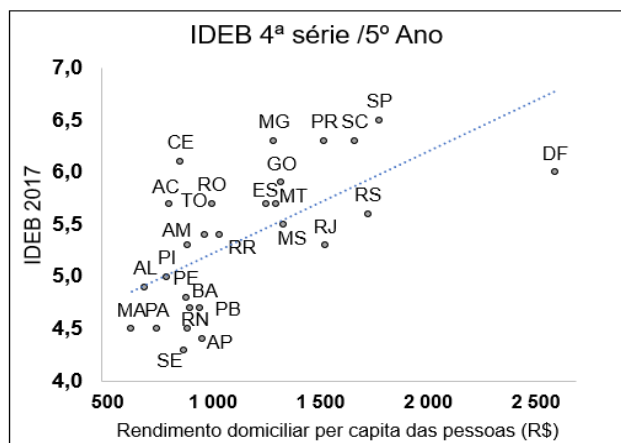
Fonte: Elaborado pelos autores com base em Notas Informativas – Ideb (BRASIL, 2019b).

O Censo Escolar de 2019 destaca a predominância da rede pública na matrícula escolar, com 80,7% dos estudantes nos anos iniciais, 84,5% nos anos finais e 86,9% no ensino médio. Esse panorama reforça o papel central do Estado na oferta educacional e evidencia a necessidade de políticas públicas que enfrentem as desigualdades estruturais que afetam a qualidade da educação.

As disparidades de desempenho reveladas pelos dados do Ideb não decorrem apenas de fatores pedagógicos, mas estão profundamente relacionadas às condições socioeconômicas dos territórios. A capacidade de financiamento das redes de ensino, diretamente influenciada pela arrecadação tributária — especialmente do ICMS, principal componente do Fundeb —, é um dos determinantes centrais dessa desigualdade. Observa-se que unidades federativas com maior arrecadação *per capita* tendem a apresentar melhores resultados no Ideb, como é o caso do Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina, enquanto os estados das regiões Norte e Nordeste concentram os menores índices de desempenho. A análise empírica realizada neste estudo (ver

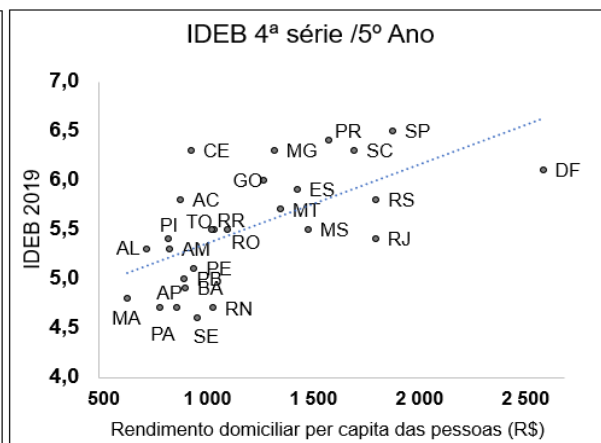
gráficos 2 e 3) confirma a existência de uma correlação positiva entre renda domiciliar *per capita* e desempenho educacional.

Gráfico 2 – Diagrama de dispersão UF.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Inep; Pnad (IBGE, 2017).

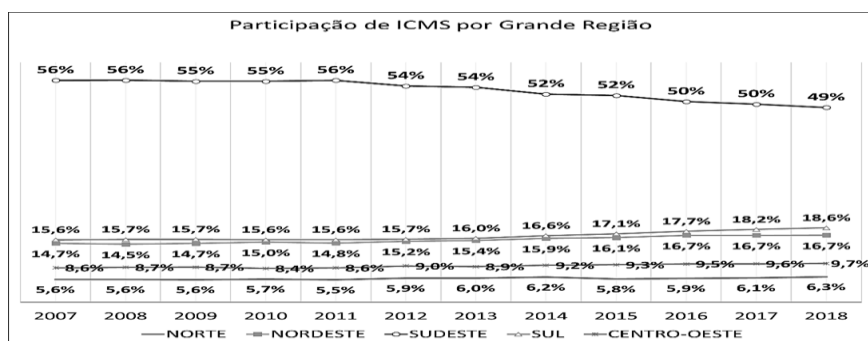
Gráfico 3 – Diagrama de dispersão UF.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Inep; Pnad (IBGE, 2019).

A análise da correlação indica que estados com maior arrecadação do ICMS e, conseqüentemente, com maior capacidade de investimento público e maiores rendas apresentam melhores resultados no Ideb. A concentração da arrecadação do ICMS na região Sudeste — que responde por aproximadamente metade do total nacional (dados de 2018) — contrasta com a situação da região Nordeste, que arrecada cerca de 17%, mas concentra quase 30% das matrículas da educação básica.

Gráfico 4. Participação Percentual da arrecadação do ICMS por região.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Tesouro Nacional, 2019.

A Emenda Constitucional nº 108/2020 introduziu um novo critério de distribuição dos recursos do ICMS entre os municípios, incorporando indicadores de qualidade e equidade educacional. Essa medida busca mitigar as desigualdades, mas também suscita preocupações

quanto à possibilidade de aprofundamento das assimetrias, uma vez que vincula parte dos recursos aos resultados do Ideb, os quais são impactados por fatores estruturais anteriores à escola. A medida, portanto, atua mais sobre os efeitos do que sobre as causas da desigualdade.

Conforme evidenciam os dados, o desempenho educacional no Brasil reflete desigualdades econômicas e sociais estruturais. Nesse sentido, a desigualdade educacional não pode ser compreendida apenas como um problema de eficiência interna das escolas, mas como expressão de um projeto societário que subordina a educação às exigências do crescimento econômico. Como argumenta Correia Junior (2023, p. 3), com base em Nussbaum (2019, p. 4), a ênfase quase exclusiva no crescimento econômico, medido pelo PIB, vem promovendo uma “crise silenciosa” na educação, com o esvaziamento gradual das humanidades e das artes e o enfraquecimento da formação cidadã.

Essa perspectiva permite interpretar que as disparidades observadas no Ideb resultam de uma lógica de desenvolvimento que não enfrenta as desigualdades estruturais de renda, financiamento e condições de vida das famílias, pois tal lógica extrapola o ambiente escolar. A superação desses entraves requer políticas públicas intersetoriais e sustentadas, capazes de promover a equidade tanto no financiamento quanto nas condições de aprendizagem, especialmente nas regiões historicamente mais vulneráveis, com ênfase ao ensino e não aos resultados de enfoque marginalista, como muitos defendem.

A análise sobre a desigualdade na educação vai além da simples medição de desempenho e propõe uma reflexão sobre o que significa justiça educacional. Dentro de uma abordagem liberal, a justiça seria alcançada por meio da promoção da igualdade nas oportunidades de acesso. No entanto, uma análise mais crítica, tendo como referência pensadores como Nancy Fraser (1995, 1997 e 2003), defende que a justiça envolve tanto a redistribuição de recursos (enfrentamento da pobreza e da desigualdade na alocação de verbas) quanto o reconhecimento das diversidades culturais e identitárias (luta contra o racismo, sexismo e outras formas de opressão presentes na escola).

O Ideb, ao centrar sua atenção em medidas de desempenho e fluxo, abrange de forma parcial o aspecto da redistribuição, mas ignora, em grande parte, as dinâmicas de reconhecimento, que são essenciais para entender a continuidade e o êxito escolar de grupos que têm sido historicamente marginalizados. Em outras palavras, reconhecer parcialmente as condições econômicas e ignorar as condições sociais e culturais ofusca a verdadeira razão — ainda que complexa — das origens da defasagem educacional de milhões de crianças e jovens, nas mais diferentes realidades impostas pelo país.

2 A DESIGUALDADE DA EDUCAÇÃO

As desigualdades educacionais no Brasil não se limitam ao acesso à escola, mas também se manifestam nas condições concretas de permanência e aproveitamento dos estudantes. Tais desigualdades derivam de fatores econômicos, sociais e culturais que transcendem o âmbito escolar e que impactam, de forma determinante, o desempenho educacional. A escassez de recursos financeiros, a precariedade das condições de vida, a presença do trabalho infantil e as responsabilidades domésticas atribuídas a crianças e adolescentes configuram um cenário de vulnerabilidade que compromete a efetividade do direito à educação.

Crianças em idade escolar são alijadas da escola muito precocemente devido a fatores relacionados à sobrevivência familiar, às condições físicas, à cor, ao credo e ao local onde residem. Falar da desigualdade da educação sem tratar de temas tão antigos quanto esses é ignorar a realidade empírica. Ou seja, a desigualdade educacional não se dá apenas pelo nível de financiamento, mas para além dessa situação.

O financiamento da educação pública, embora constitucionalmente garantido por meio da vinculação de receitas, revela profundas assimetrias entre as regiões brasileiras. De acordo com o art. 212 da Constituição Federal, os estados e municípios devem aplicar, no mínimo, 25% da receita de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino (MDE). No entanto, essa exigência legal não elimina as disparidades, uma vez que regiões com menor capacidade arrecadatória, como o Nordeste, dispõem de menor volume absoluto de recursos, mesmo com proporções semelhantes de matrículas. Em 2019, o Nordeste concentrou 29,3% das matrículas da educação básica (ver tabela 2), mas respondeu por apenas 16,7% da arrecadação do ICMS — principal fonte de financiamento do Fundeb.

Tabela 2 – Arrecadação de ICMS e Matrículas na educação básica em 2019.

Região	Arrecadação de ICMS	% Total	Região	Matrículas na Educação Básica	% Total
SUDESTE	R\$ 226.482.918,00	48,7%	SUDESTE	19.074.940	39,4%
SUL	R\$ 86.400.397,00	18,6%	NORDESTE	14.213.442	29,3%
NORDESTE	R\$ 77.830.772,00	16,7%	SUL	6.504.063	13,4%
CENTRO-OESTE	R\$ 44.903.439,00	9,7%	CENTRO-OESTE	3.670.932	7,6%
NORTE	R\$ 29.406.653,00	6,3%	NORTE	4.992.490	10,3%
Total	R\$ 465.024.179,00	100%	Total	48.455.867	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Tesouro Nacional (2019), IBGE (2019) e Inep (2019a).

Ao se considerar a contribuição *per capita* ao MDE, observa-se que os estudantes da região Sudeste dispõem de mais que o dobro dos recursos destinados aos estudantes do Nordeste (ver tabela 3). Essa discrepância evidencia a incapacidade do atual modelo de financiamento de promover equidade, resultando em menores investimentos por aluno nas regiões mais vulneráveis, o que compromete a qualidade do ensino e perpetua ciclos de exclusão educacional.

Tabela 3 – Contribuição ao MDE a partir do ICMS por aluno nas regiões (2019).

Região	População	% Total	Região	Contribuição do ICMS por aluno
SUDESTE	87.711.946	45,6%	SUL	R\$ 13,28
NORDESTE	56.760.780	29,5%	CENTRO-OESTE	R\$ 12,23
SUL	29.754.036	15,5%	SUDESTE	R\$ 11,87
NORTE	18.182.253	9,4%	NORTE	R\$ 5,89
CENTRO-OESTE	16.085.885	8,4%	NORDESTE	R\$ 5,48
Total	192.409.015	100%		

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Tesouro Nacional (2019) e Inep (2019a).

Além da escassez de recursos, fatores sociais como o trabalho infantil e a sobrecarga de afazeres domésticos agravam as desigualdades educacionais. Segundo dados da OIT (2021) e da Pnad Contínua (IBGE, 2019), mais de 1,8 milhão de crianças e adolescentes encontravam-se em situação de trabalho infantil, e cerca de 19 milhões estavam envolvidos regularmente em atividades domésticas (ver tabela 4). Tais responsabilidades, muitas vezes atribuídas em contextos de pobreza extrema, limitam o tempo dedicado aos estudos e ao lazer, comprometendo o rendimento escolar e o desenvolvimento integral desses sujeitos.

Tabela 4 – Estimativa e proporção de crianças e adolescentes em condições de ocupação e de afazeres domésticos ou cuidados a moradores e a parentes em 2019.

Grande Região	Total de crianças e adolescentes ¹				Total de Ocupados ²			
	Total		Com exercício de afazeres		Total		Com exercício de afazeres	
	Quant.	Em %	Quant.	Em %	Quant.	Em %	Quant.	Em %
Norte	4.176.058	100	2.344.475	56,1	239.408	100	185.975	77,7
Nordeste	11.526.376	100	5.200.600	45,1	569.699	100	403.043	70,7
Sudeste	14.562.160	100	7.608.431	52,2	600.378	100	487.043	81,2
Sul	4.950.649	100	2.854.071	57,7	264.408	100	220.149	83,3
Centro-Oeste	3.066.045	100	1.824.201	59,5	158.676	100	133.981	84,4
Total	38.281.288	100	19.831.778	51,8	1.832.569	100	1.430.191	78,1

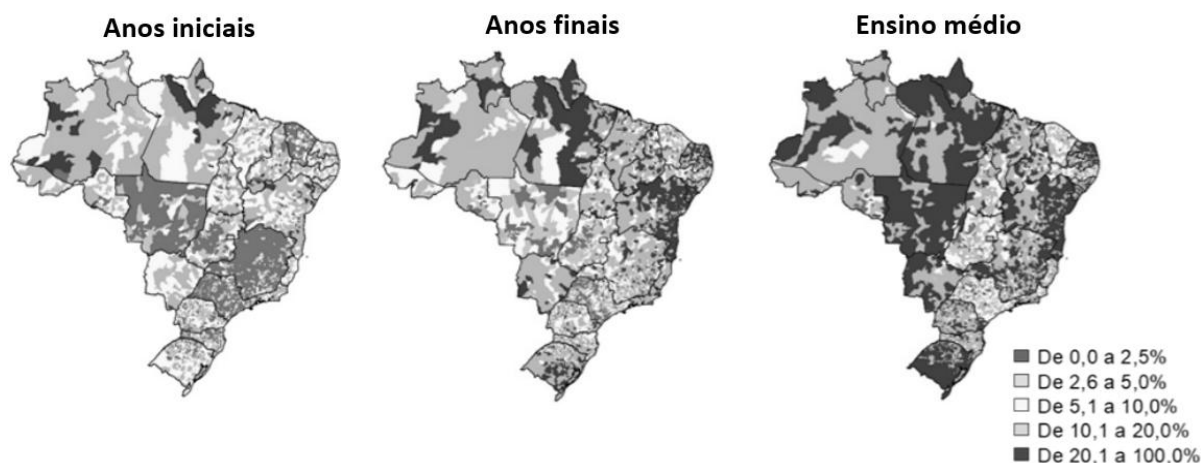
Fonte: Adaptado pelos autores com base em IBGE, Pnad Contínua Anual/FNPETI, 2019.

1. Crianças e adolescentes que declararam ter feito regularmente alguma atividade doméstica em sua residência ou de parentes. **2.** Crianças e adolescentes que declararam ter tido ocupação fixa com alguma remuneração em residência de terceiros.

O impacto dessas condições na trajetória educacional é evidente nas elevadas taxas de evasão escolar, especialmente no ensino médio, com índices superiores a 20% em diversos estados (ver mapa 1). Essa realidade é agravada pelo fato de que, em muitos casos, a escola

pública constitui a única possibilidade de escolarização formal. No entanto, para grande parte da população infantojuvenil em situação de vulnerabilidade, a urgência da sobrevivência impõe uma jornada dupla entre trabalho e estudos, dificultando a continuidade escolar.

Mapa 1 – Taxa de evasão escolar por nível de escolaridade em 2019.



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar (2019c).

Estudos apontam ainda que o engajamento escolar é afetado pela divisão desigual das tarefas domésticas, que atinge com maior intensidade as meninas. Segundo o FNPETI (2019), cerca de 57,5% das meninas entre 5 e 17 anos realizavam afazeres domésticos regulares, proporção superior à dos meninos. Essa divisão de responsabilidades compromete não apenas o desempenho escolar, mas também o desenvolvimento psicossocial, acentuando as desigualdades de gênero no interior do sistema educacional.

Outro fator crítico é o analfabetismo. Em 2019, havia mais de 11 milhões de pessoas com 15 anos ou mais em condição de analfabetismo no país (ver tabela 6).

Tabela 6 – Histórico de analfabetismo por região

Região	2016		2017		2018		2019	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Norte	1080	9,3%	1041	9,2%	1066	9,5%	1025	9,3%
Nordeste	6390	54,8%	6346	55,8%	6144	54,6%	6200	56,2%
Sudeste	2648	22,7%	2496	21,9%	2484	22,1%	2392	21,7%
Sul	860	7,4%	843	7,4%	878	7,8%	802	7,3%
Centro-Oeste	694	5,9%	647	5,7%	682	6,1%	623	5,6%
Brasil	11671	100,0%	11374	100,0%	11253	100,0%	11041	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Notas informativas (BRASIL, 2019b).

Desses analfabetos, 6,2 milhões estão na região Nordeste — número superior à população de diversos países da Europa (ver tabela 7).

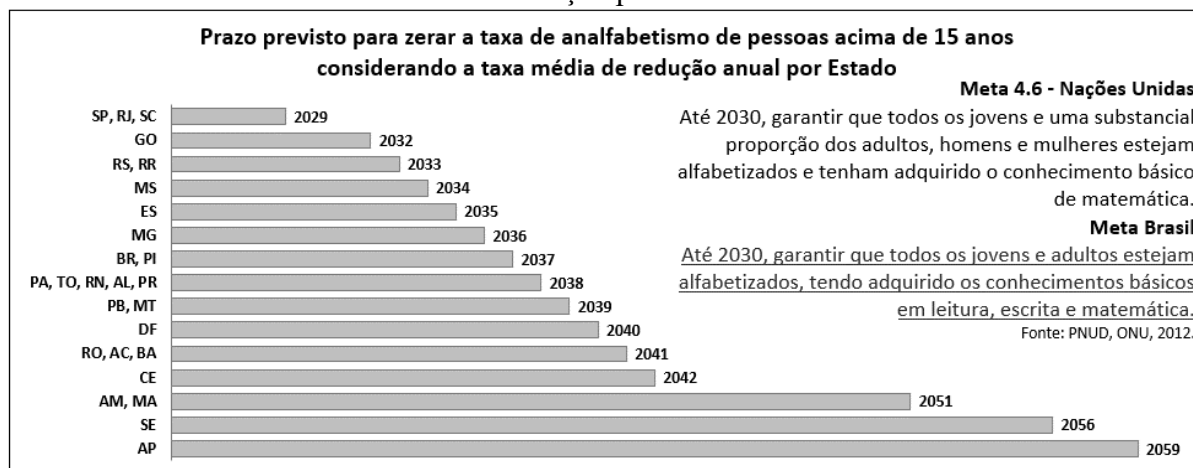
Tabela 7 – Comparativo do número de analfabetos no Nordeste e população de países selecionados em 2019.

País	População
Analfabetos na Região NE*	6.200.000
Dinamarca	5.771.877
Finlândia	5.532.159
Noruega	5.378.859
Uruguai	3.461.731

Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE (2021). ONU, Population (2021). Elaborado pelo autor. * Comparativo da população de analfabetos no Nordeste com a população de países.

Ainda que a erradicação do analfabetismo no país seja urgente, as taxas de redução permanecem modestas, e projeções indicam que a maioria dos estados brasileiros não atingirá a meta de erradicação até 2030 (ver gráfico 5), conforme os compromissos assumidos no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Gráfico 5 – Projeção para o fim do analfabetismo com base nas taxas médias anuais de redução por UF



Fonte: Projeção elaborada pelos autores (IBGE/ Pnad, 2019).

Além disso, condições de trabalho docente constituem um vetor adicional da desigualdade educacional. Baixos salários, condições precárias de trabalho, excesso de burocracia e o descumprimento do piso salarial nacional são fatores que comprometem a qualidade da atuação pedagógica e afetam a saúde mental e física dos profissionais da educação

(Gasparini; Barreto; Assunção, 2005; Kasper; Rinaldi, 2020). Esses aspectos revelam a interdependência entre as condições de trabalho docente e os resultados educacionais.

Portanto, a desigualdade educacional no Brasil resulta da interseção entre carências estruturais e fatores socioeconômicos persistentes. Sua superação exige políticas públicas integradas que articulem as dimensões educacional, social e econômica. É necessário reconhecer que a educação não opera em isolamento: ela é profundamente atravessada pelas condições de vida das famílias e pela capacidade do Estado de garantir não apenas o acesso à escola, mas também condições adequadas para a aprendizagem. Combater as desigualdades educacionais, portanto, exige enfrentar as raízes estruturais da exclusão social que ainda marcam profundamente o sistema educacional brasileiro.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise empírica realizada neste estudo evidencia que as desigualdades educacionais no Brasil são fortemente influenciadas por fatores econômicos e sociais que extrapolam o ambiente escolar. Com base nos dados do Ideb, analisados em conjunto com indicadores de arrecadação tributária, renda per capita, analfabetismo, trabalho infantil e taxas de evasão escolar, observa-se que o desempenho educacional é condicionado por variáveis estruturais marcadas por profundas desigualdades entre as unidades federativas.

Os diagramas de dispersão que relacionam o rendimento médio domiciliar *per capita* aos resultados do Ideb indicam a existência de uma correlação positiva: estados com maior renda tendem a apresentar melhores indicadores educacionais. Essa evidência reforça o argumento de que o desempenho educacional reflete, em grande medida, o contexto socioeconômico dos estudantes. As regiões Sudeste e Sul, historicamente mais industrializadas e com maior capacidade arrecadatória, concentram os melhores resultados, enquanto os estados das regiões Norte e Nordeste continuam a registrar os menores desempenhos.

A análise da arrecadação do ICMS — principal tributo estadual que compõe a base de financiamento do Fundeb — evidencia disparidades significativas. Em 2019, a região Sudeste concentrou aproximadamente 50% de toda a arrecadação do ICMS no país, com destaque para o estado de São Paulo, responsável por cerca de 30% do total. Esse dado revela a assimetria na distribuição dos recursos disponíveis para a educação pública, com impactos diretos sobre a infraestrutura escolar, a valorização docente e a oferta de insumos pedagógicos.

A promulgação da Emenda Constitucional nº 108/2020 representou uma tentativa de mitigar tais desigualdades ao introduzir critérios de equidade e qualidade na redistribuição dos recursos do ICMS entre os municípios. No entanto, ao vincular parte significativa da alocação de recursos aos resultados do Ideb, essa política pode aprofundar desigualdades já existentes, na medida em que penaliza financeiramente os territórios que partem de situações mais vulneráveis, sem considerar de forma adequada suas condições iniciais.

Os dados também indicam que as desigualdades econômicas repercutem nos indicadores sociais que afetam diretamente a educação. A evasão escolar, especialmente no ensino médio, atinge níveis críticos, superando 20% em diversos estados. Essa realidade articula-se ao elevado número de crianças e adolescentes envolvidos em atividades laborais e responsabilidades domésticas, frequentemente em contextos de pobreza extrema. A sobreposição dessas condições limita o tempo disponível para os estudos, afeta a frequência escolar e compromete o desempenho acadêmico.

No tocante ao analfabetismo, observa-se uma redução insuficiente ao longo dos últimos anos. As taxas de analfabetismo permanecem elevadas nas regiões Norte e Nordeste, e as projeções indicam que a maioria das unidades da federação não alcançará a meta de erradicação até 2030. Em valores absolutos, o número de analfabetos no Brasil — superior a 11 milhões de pessoas — representa um contingente populacional maior que o de diversos países latino-americanos, como Uruguai e Paraguai.

Outro aspecto relevante diz respeito às condições de trabalho docente. Pesquisas apontam que a precarização da atividade docente produz efeitos diretos sobre a qualidade da educação. O descumprimento do piso salarial nacional, a sobrecarga de trabalho e a escassez de recursos nas escolas dificultam a atuação pedagógica e contribuem para o adoecimento físico e mental dos profissionais. Essas condições impactam não apenas a retenção e valorização dos professores, mas também o ambiente escolar como um todo.

A partir dessas constatações, pode-se afirmar que o Ideb, embora importante como ferramenta de monitoramento, apresenta limitações analíticas para captar as múltiplas dimensões que afetam a qualidade da educação. Como apontam autores como Soares e Xavier (2013) e Travitzki (2020), a composição do Ideb — baseada em apenas duas variáveis quantitativas — não contempla fatores contextuais, como a vulnerabilidade social dos estudantes, as desigualdades regionais e as condições de funcionamento das escolas.

Dessa forma, a compreensão da desigualdade educacional brasileira exige uma abordagem multidimensional que articule indicadores educacionais, fiscais e sociais. A análise

dos dados corrobora a hipótese de que a desigualdade no acesso, na permanência e no desempenho educacional decorre, em grande medida, da desigualdade estrutural que caracteriza o país. Superar essas limitações demanda mais do que a ampliação do financiamento: requer políticas públicas integradas, sensíveis às especificidades territoriais e orientadas à promoção da justiça social e da equidade educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação básica pública, embora constitucionalmente assegurada como direito de todos e dever do Estado, permanece fortemente condicionada por desigualdades estruturais que limitam sua plena efetivação. Os resultados apresentados neste estudo evidenciam que a qualidade da educação no Brasil não pode ser dissociada das disparidades econômicas e sociais que historicamente marcam o país. Fatores como renda, emprego, arrecadação tributária, analfabetismo e trabalho infantil influenciam as trajetórias escolares e contribuem para a reprodução das desigualdades intergeracionais.

O desempenho educacional, mensurado por indicadores como o Ideb, reflete não apenas o funcionamento interno das escolas, mas sobretudo o contexto em que estão inseridas. Regiões com maior capacidade arrecadatória e melhores indicadores sociais tendem a apresentar resultados mais expressivos, enquanto territórios marcados pela vulnerabilidade social enfrentam obstáculos adicionais à garantia do direito à educação, somados às especificidades socioculturais presentes em áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Em outras palavras, diante do cenário atual da educação básica, não se deve concebê-la apenas como um insumo para crescimento econômico; é necessário compreender de que modo a dinâmica econômica, em suas múltiplas dimensões, influencia a educação, sobretudo quando esta passa a ser instrumentalizada por aquela. O atual modelo de financiamento, ainda que amparado por dispositivos legais como o Fundeb e o art. 212 da Constituição Federal — instrumentos essenciais para a manutenção do sistema —, mostra-se insuficiente para corrigir as assimetrias regionais na alocação de recursos, bem como para enfrentar adequadamente a evasão escolar e os desafios associados à qualidade educacional.

A análise também demonstra que os fatores extraescolares — como trabalho infantil, sobrecarga de afazeres domésticos e baixos níveis de escolarização dos responsáveis — exercem influência direta sobre o desempenho escolar, a permanência na escola e o engajamento dos estudantes. As desigualdades de gênero, raça e classe manifestam-se com

intensidade nesse processo, comprometendo o desenvolvimento educacional de parcelas significativas da população infantojuvenil. Ao longo de gerações, as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social têm sido afetados por dinâmicas socioculturais excludentes, com raízes estruturais profundas que demandam maior atenção das políticas públicas.

Por outro lado, a valorização dos profissionais da educação continua sendo um desafio central. As condições de trabalho, a remuneração inadequada e a sobrecarga de tarefas administrativas afetam a saúde física e mental dos docentes, impactando negativamente a qualidade da ação pedagógica. A ausência de políticas estruturantes voltadas à valorização docente compromete o avanço educacional no médio e no longo prazo.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a superação dos desafios educacionais brasileiros exige uma abordagem intersetorial e articulada. A educação, isoladamente, não possui capacidade de reverter as desigualdades sociais que lhe são anteriores e estruturantes. Assim, as políticas educacionais precisam estar integradas a estratégias de combate à pobreza, redistribuição de renda, fortalecimento das redes de proteção social e promoção da equidade territorial.

A consolidação de uma educação básica pública de qualidade requer investimentos contínuos, sensibilidade social e compromisso político. É imprescindível reconhecer que a desigualdade social constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento educacional e, portanto, deve ser enfrentada como prioridade nacional. A efetivação do direito à educação demanda um compromisso ético e coletivo com a justiça social, a inclusão e a dignidade humana.

Mais do que atingir metas numéricas, é necessário construir um projeto educacional que promova a equidade como princípio estruturante. Para isso, impõe-se a seguinte questão, que orienta o horizonte analítico deste estudo: estará a sociedade brasileira disposta a enfrentar as causas profundas da desigualdade que comprometem o acesso universal a uma educação pública de qualidade?

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 1970.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível

em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 7, 14 nov. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 20 dez. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 27 ago. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar 2019**. Brasília, DF: Inep, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar 2019**: infográficos. Brasília, DF: Inep, 2019b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/download/2019/infografico_censo_2019.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Notas informativas**: Ideb. Brasília, DF: Inep, 2019c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ideb – Apresentação**. Brasília, DF: MEC, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Boletim de Arrecadação dos Tributos Estaduais – 1997 a 2021**. Brasília, DF: STN, 2019. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/boletim-de-arrecadacao-dos-tributos-estaduais>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CORREIA JUNIOR, Gilsson. A ‘crise silenciosa’ na educação: reformas nas políticas educacionais impulsionadas pelo neoliberalismo. **Periaγoγή (Periagoge)**, Brasília, v.6, n. 1, 2023. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/periaγoγe/article/view/14804/11822>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *New Left Review*, n. 212, p. 68-93, 1995.

FRASER, Nancy. **Justice Interruptus: critical reflections on the "postsocialist" condition**. New York: Routledge, 1997.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange. Translated by Joel Golb, James Ingram, and Christiane Wilke. London; New York: Verso, 2003.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (FNPETI). **O Trabalho Infantil no Brasil: análise dos microdados da PnadC, 2019**. Brasília, DF: FNPETI, 2021. Disponível em: <https://fnpeti.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 15 maio 2021.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/GdZKH9CHs99Qd3vZY5zfmnw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

IBGE. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2017.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

IBGE. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2019.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

KASPER, S. A.; RINALDI, R. P. Condições de trabalho docente na escola pública de tempo integral. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 17, p. 26-48, jan./dez. 2020. DOI: 10.5747/ch.2020.v17.h456.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho infantil**. Brasília, DF: OIT, 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 3 jun. 2021.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World Population Prospects 2021: Highlights**. New York: UN, 2021. (ST/ESA/SER.A/423). Disponível em: https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Educação Sociedade**, v. 34, n. 124, set. Campinas-SP, 2013, p. 903-923. (on-line). DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000300013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/JLzr4qdx89jrNXnydNcvcy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2021.

TESOURO NACIONAL. Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais (CESEF). **Aspectos Fiscais da Educação no Brasil**. Brasília, DF: Tesouro Nacional, 2018. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/EducacaoCesef2/eb3e416c-be6c-4325-af75-53982b85dbb4>. Acesso em: 15 jun. 2019.

TRAVITZKI, R. Qual é o grau de incerteza do Ideb e por que isso importa? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 107, p. 500-520, jun. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362020000200500. Acesso em: 15 abr. 2021.

UNICEF. FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf. Acesso em: 4 dez. 2021.

Recebido em: 25 nov. 2025.

Aprovado em: 12 fev. 2026.

Publicado em: 19 fev. 2025.